

Originais recebidos em 15/09/2023. Aceito para publicação em 13/11/2023.

Avaliado pelo sistema double blind peer review. Publicado conforme normas da ABNT.

Open access free available online.

DOI: <http://dx.doi.org/10.35700/2359-0599.2023.17.3633>

A METODOLOGIA DE IMPLEMENTAÇÃO DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NO INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE

Rafael Madruga Pereira¹

Fabiana Celente Montiel - <https://orcid.org/0000-0002-9921-6703>²

RESUMO

O artigo apresenta de forma detalhada a metodologia de implementação da política de curricularização da extensão nos cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense. Em uma perspectiva freireana, o artigo denuncia os desafios e especificidades vivenciados no processo de curricularização da extensão, assim como anuncia uma reflexão teórica e

¹ Mestre em Educação e Tecnologia pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia na linha de pesquisa: Inserção Social Trabalho, cultura e tecnologias na Educação Básica. Membro do grupo de estudos, reflexões e diálogos sobre Educação - Utopia. Graduado no curso de Licenciatura em Educação Física, no ano de 2010. Atua desde 2015 como técnico em Educação no Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia Sul- Rio-Grandense. Possui experiência como gestor, atuando como coordenador de cursos Técnicos no ano de 2016 e atualmente exercendo a função de Coordenador de Ações de Extensão e Cultura na Reitoria do Instituto (IFsul). Apresenta trabalhos e artigos públicos na área da educação, com o foco na construção de uma educação sensível para a formação mais humana, a partir de pressupostos freirianos.

² Possui graduação em Licenciatura Plena em Educação Física pela Universidade Federal de Pelotas (2005), mestrado em Educação Física pela Universidade Federal de Pelotas (2010) e doutorado em Educação Física pela Universidade Federal de Pelotas (2019). - Professora de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal Sul-rio-grandense - Campus Pelotas, atuando nos cursos de Ensino Médio Integrado e no Programa de Pós-Graduação em Educação. Líder do Grupo de pesquisa, estudos, reflexões e diálogos sobre Educação - Utopia. Vice-líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Física Escolar - GEFEsc. Desenvolve pesquisa na área da Educação Física e Educação com foco na formação e atuação de docentes e demais servidores/as da Educação, a partir de pressupostos freirianos.

prática de possíveis caminhos e estratégias para a efetivação da curricularização nos cursos de graduação da Instituição. Evidencia a importância da curricularização da extensão, que além de uma obrigatoriedade, represente uma oportunidade de ressignificar o fazer acadêmico, aproximando o contexto real dos componentes curriculares, trazendo novos sentidos e significados, tanto para os/as estudantes quanto para nós educadores e educadoras, qualificando as reflexões e as práticas, estabelecendo uma nova relação de reconhecimento. Este estudo de caráter qualitativo é parte de uma dissertação de mestrado e para a construção do corpus de análise realizou entrevistas semiestruturadas com nove servidores/as que compõem a comissão central responsável pelo planejamento da implementação da curricularização da extensão no Instituto Federal Sul-rio-grandense. Em diálogo com os/as participantes da comissão pudemos compreender a metodologia escolhida e construir anúncios que possam auxiliar a efetivação de uma curricularização verdadeiramente transformadora, afirmando a importância dessa política para formação dos/as estudantes, que são os/as protagonistas da curricularização da extensão, e a construção de uma educação sensível, colaborando com uma formação crítica e ampla de todos/as os/as envolvidos/as nessa práxis.

Palavras-chave: curricularização; extensão; diálogo; transformação.

THE METHODOLOGY FOR IMPLEMENTING THE CURRICULARIZATION OF INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE EXTENSION

ABSTRACT

This article presents in detail the methodology for implementing the extension curricularization policy in undergraduate courses at Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense. From a Freirean perspective, it both points out the challenges and specificities experienced along the extension curricularization process and announces a theoretical and practical reflection on possible paths and strategies for implementing curricularization in the Institution's undergraduate courses. It highlights the importance of the

curricularization of extension, which, besides being mandatory, represents an opportunity to resignify the academic work, by bringing the real context and the curricular components closer together, assigning new meanings both for students and for us, educators, qualifying reflections and practices, and establishing a new relationship of recognition. This qualitative study is part of a master's thesis in which, to construct the corpus of analysis, semi-structured interviews were carried out with nine employees who participate in the central committee in charge of planning the implementation of extension curricularization at Instituto Federal Sul-rio-grandense. In a dialogue with the committee participants, we were able to understand the chosen methodology and create paths that can help to implement a truly transformative curricularization, by affirming the importance of this policy for student education, since students are the protagonists of the extension curricularization, and the construction of a sensitive kind of education, thus collaborating with the critical and broad education of all those involved in this praxis.

Keywords: curricularization; extension; dialogue; transformation.

1 INTRODUÇÃO

A proposta de escrevermos esse artigo vem ao encontro do momento histórico vivenciado por todas as instituições de ensino de graduação com a obrigatoriedade da integração da curricularização da extensão nos currículos de graduação. O estudo em uma perspectiva freiriana denuncia os desafios e especificidades vivenciados pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul) com o planejamento do processo de implementação dessa política, assim como anuncia uma reflexão teórica e prática de possíveis caminhos e estratégias para a efetivação da curricularização nos cursos de graduação dessa Instituição.

A extensão vem construindo um caminho de discussões potentes sobre a sua relevância e a relação entre o papel das instituições públicas e as demandas da sociedade, afora toda a sua ressignificação na formação dos/as estudantes. Entretanto, o que se tem ao alcance é mais que uma obrigatoriedade imposta por uma lei - curricularizar a extensão, mas a oportunidade de potencializar o fazer extensionista, entendendo que essas ações devolvem para a sociedade parte do que ela investe na educação pública. Além disso, é uma ferramenta de incentivo

de acesso às populações mais vulneráveis, possibilitando a troca entre os conhecimentos acadêmicos e os saberes que a sociedade produz, desenvolvendo assim seus aspectos econômicos, culturais, ambientais e sociais, ajudando na formação de uma sociedade mais politizada, mais humana, mais ética e mais cidadã.

Consideramos que a curricularização da extensão irá permitir qualificar, ainda mais, a educação superior no Brasil, tornando as instituições mais capazes de reconhecer a suas realidades locais, transformando e contribuindo com conhecimento e partilha de saberes, de uma forma não impositiva, porém que leve a uma reflexão de fatores importantes que influenciam a vida das pessoas, a relação com o bem social e coletivo. Além de substituir metodologias tradicionais de ensino por fazeres extensionistas, desafiando a repensar as práticas docentes, reavaliar disciplinas já existentes e conteúdos tradicionalmente desenvolvidos em sala de aula, tirando os sujeitos do lugar habitual e provocando um movimento que leve à compreensão de que essa é uma oportunidade de contribuir para a transformação da comunidade em que estão inseridos.

O espaço da extensão é aquele que promove a discussão e reflexão com estudantes, docentes, técnicos/as administrativos/as e comunidade em geral, dos problemas reais, confrontando com teorias, para que ao final de cada etapa seja formado um ser humano e um profissional mais capaz de contribuir criticamente com a sociedade, entendendo o seu papel social transformador.

Nessa perspectiva, a extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará na sociedade a oportunidade de elaboração da sua prática de um conhecimento desenvolvido na sala de aula. Não obstante, é nesse momento que o/a estudante identifica o quanto o conhecimento construído durante sua formação profissional impactará positivamente na vida das pessoas da comunidade a qual pertence. No retorno à instituição, após a atividade de extensão, docentes, técnicos/as e estudantes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. A extensão é, também, o caminho para construção de uma educação popular, definida como aquela que vincula teoria e prática, que aborda

os problemas reais da vida de todos os sujeitos envolvidos, que visa a transformação social.

Nesse sentido, reforça-se a importância da curricularização da extensão, que além de uma obrigatoriedade, represente uma oportunidade de ressignificar o fazer acadêmico, aproximando o contexto real dos componentes curriculares, trazendo novos sentidos e significados, tanto para os/as estudantes quanto para nós educadores e educadoras, qualificando as reflexões e as práticas, estabelecendo uma nova relação de reconhecimento.

Os Institutos Federais (IF) ampliaram sua área de atuação, se estruturando para que todas as pessoas tenham acesso às novas tecnologias, por meio da diversificação de programas e cursos, com o objetivo de elevar os níveis da qualidade da oferta. Nesse cenário de mudanças, surgem os pilares dessa nova institucionalidade - o ensino de excelência, a pesquisa aplicada e a extensão, como promotores do desenvolvimento científico e tecnológico. A extensão se caracteriza como o elo que estabelece a relação entre instituição e sociedade, promovendo ações que interligam os problemas e as demandas da comunidade ao conhecimento produzido, promovendo um espaço de diálogo, debate e transformação social (Duarte *et al.*, 2021).

O IFSul tem como sede e foro a cidade de Pelotas, estado do Rio Grande do Sul (RS). Foi criado a partir do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas (CEFET/Pelotas), em 29 de dezembro de 2008, nos termos da Lei nº 11.892, com natureza jurídica de autarquia, vinculado ao Ministério da Educação (Brasil, 2008). Importante ressaltar que além do IFSul, que é o *locus* desta investigação, o estado do RS conta com mais dois IF: Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), com sua reitoria no município de Bento Gonçalves; Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar), com a sua reitoria em Santa Maria.

Conforme Duarte *et al.* (2021) o IFSul é formado pela Reitoria e por 12 câmpus, sendo eles: Pelotas (1943), Pelotas – Visconde da Graça (1923), Charqueadas (2006), Sapucaia do Sul (1996), Passo Fundo (2007), Camaquã (2010), Venâncio Aires (2010), Bagé (2010), Santana do Livramento (2010), Saporanga (2013), Gravataí (2013) e Lajeado (2013); além de dois câmpus

avançados: Novo Hamburgo e Jaguarão (2014). Possui mais de 24 mil estudantes matriculados/as, mais de 950 docentes em tempo integral, distribuídos/as entre os 251 cursos técnicos, superiores e de pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado), além de 799 técnicos/as administrativos/as.

Figura 1 - Distribuição geográfica do IFSC



Fonte: <http://www.ifsul.edu.br/mapa>. Acesso em: 21 ago. 2023.

Diante de toda a estrutura apresentada, sua abrangência geográfica e oportunidade de atuação, cabe refletir e enfatizar que a inserção da extensão nos currículos influenciará todo o sistema de ensino, dando o entendimento e valorização que essa dimensão merece, tornando-a uma ferramenta de desenvolvimento de sentidos e significados na busca de uma extensão verdadeiramente potente e transformadora, cumprindo assim, o seu papel do porquê foram criados os IF, atendendo as demandas locais e regionais das comunidades ao seu entorno, justificando assim sua criação e caminhando no sentido de cumprir a sua missão.

Enfrentar essa complexidade social proposta pela extensão não é tarefa fácil para os/as estudantes e docentes. A nova proposta emergente da política de curricularização, construída a partir da Resolução 07/2018 (Brasil, 2018), propõe a flexibilização de uma estrutura fechada dos currículos, tentando envolver-se com os problemas da sociedade fora das estruturas das instituições de ensino. Assim,

encontrando motivações, criando desacomodação, que corroborem para uma reflexão problematizadora e a busca da práxis no cotidiano de cada ser humano.

Neste sentido, este artigo, recorte de uma pesquisa maior de mestrado, objetiva apresentar a descrição detalhada da metodologia utilizada para a implementação da política de curricularização da extensão no IFSul, além de propor uma construção por meio do diálogo, com os/as participantes da comissão central, de anúncios que colaborem para efetivação de uma extensão transformadora, possibilitando por meio dessa política uma educação sensível que oportunize que os currículos coloquem as pessoas no centro das discussões, em que mais que o comprometimento com o papel social, possamos formar docentes, estudantes e seres mais humanos, empáticos e críticos, que juntos/as possamos compreender a importância da luta de uma educação pública, gratuita e de qualidade.

2 METODOLOGIA

Este estudo é parte de uma pesquisa maior de mestrado, que tem como foco a curricularização da extensão no IFSul. Para tal pesquisa, optou-se pelo caminho metodológico da pesquisa qualitativa (Chizzotti, 2000), em que por meio de uma entrevista semiestruturada com nove servidores/as que compõem a comissão central criada para sistematizar as discussões e a implementação da política de curricularização da extensão no IFSul, construiu-se o corpus para análise. Os/as servidores/as cientes dos objetivos da pesquisa, concordaram com a participação por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Como primeiro passo, em março de 2023, em reunião no formato presencial, foi apresentada a proposta de estudo para as Pró-reitorias envolvidas no processo de implementação da política de curricularização da extensão - Pró-reitoria de Ensino (PROEN), Pró-reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação (PROESP) e Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PROEX), expondo a questão de pesquisa e os objetivos, com o intuito de solicitar a ciência para prosseguir com a investigação. Essa reunião contou com a presença de

gestores/as que compõem as três Pró-reitorias responsáveis pela implementação da curricularização.

Após, foi marcada uma reunião com os/as participantes da comissão central responsável pela implementação dessa política no IFSul. Ela ocorreu no formato remoto, aproveitando o calendário de encontros elaborado pela própria comissão central. Na ocasião, com a presença de todos/as os/as participantes da comissão, foi realizada uma breve apresentação da proposta de pesquisa, convidando cada representante a participar do estudo. Logo em seguida, foi encaminhado via e-mail institucional o formulário com o TCLE, o qual foi preenchido por cada participante, concordando com a sua participação na pesquisa.

As entrevistas foram agendadas conforme compatibilidade de agendas, ocorrendo no primeiro semestre de 2023, sendo cinco entrevistas presenciais e quatro no formato remoto, pela plataforma conferênciaweb. Todas as entrevistas foram gravadas, transcritas e enviadas por e-mail, junto com o áudio da gravação aos/às participantes, para a sua leitura e validação. Para manter em sigilo a identidade dos/as participantes, eles/elas foram identificados/as com números de 1 a 9.

Diante da construção do corpus de pesquisa, optou-se por uma descrição detalhada da metodologia utilizada pela comissão central para a implementação da política de curricularização da extensão no IFSul, incorporando a percepção dos/as entrevistados/as sobre as estratégias de sensibilização e socialização que foram adotadas durante o processo, caracterizando o percurso escolhido para efetivação do desafio de curricularização dessa política no âmbito do IFSul.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para compreender a implementação da política de extensão no IFSul, avaliamos ser importante descrever a metodologia escolhida para realização desse desafio institucional, a qual foi considerada pela grande maioria dos/as participantes como “satisfatória”, como pode ser observado na fala do participante 8: *“Eu acho que a implementação foi muito bem planejada. Talvez*

possa ser um pouco suspeito em relação a isso, mas eu acho que foi uma boa metodologia". Nesse sentido, além de descrever a metodologia adotada pela instituição, iremos dialogar com as percepções dos/as integrantes da comissão central, participantes desta pesquisa, sobre esse processo, em um movimento de constante diálogo com aquilo que se defende em relação à extensão e a sua curricularização.

Em geral, percebe-se ao longo dos últimos anos um movimento de regulamentar e orientar as ações de extensão praticadas no IFSC, tendo como foco principal o/a estudante como protagonista, o/a servidor/a como coordenador/a e a comunidade externa envolvida desde o início do processo (Duarte *et al.*, 2021). Entretanto, esse movimento ainda se encontra no estágio inicial e não está inserido no fazer acadêmico. Entendemos que, mesmo ainda de forma incipiente, a curricularização da extensão está promovendo um debate relevante sobre o seu papel na Instituição.

Com a incorporação da Resolução 07/2018 (Brasil, 2018), começaram no ano de 2020, no IFSC, as discussões e o planejamento institucional da curricularização da extensão. O primeiro movimento foi a constituição de uma comissão central composta por gestores/as da PROEN, PROPESP e PROEX, a qual ficou responsável pelas preposições e sistematizações das discussões. Também foram criadas comissões locais, em cada um dos campi do IFSC, responsáveis por difundir as discussões nas suas unidades. É possível observar, na constituição da comissão central, um entendimento institucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, visto que a comissão foi formada por servidores/as pertencentes a três Pró-reitorias – PROEN, PROPESP e PROEX.

São muitos os desafios para implementação efetiva da indissociabilidade, como um elemento verdadeiramente integrador e imprescindível, que transpasse os muros da instituição. O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão deve decorrer a partir de uma reflexão crítica em relação à construção de uma formação que permita ampliar a leitura e atuação de todos/as nas comunidades que estão ao entorno dos institutos, nas quais também estamos inseridos/as, provocando mudanças administrativas e acadêmicas, fazendo com

que esse tripé ocorra de forma dialógica e ativa com os/as envolvidos/as, inclusive com todos os possíveis setores da sociedade.

O conceito de indissociabilidade remete a algo que não existe sem a presença do outro, ou seja, o todo deixa de ser todo quando se dissocia. Altera-se, portanto, os fundamentos do ensino, da pesquisa e da extensão, por isso tratam-se de um princípio paradigmático epistemologicamente complexo. (Tauchen, 2009, p. 93).

Por mais que essas três dimensões coexistam, isso não significa que elas sejam indissociáveis. Nesse sentido, questionamos como é possível romper com essas estruturas curriculares que induzem a uma cultura dissociada entre o ensino, pesquisa e a extensão? A indissociabilidade significa a necessária superação de dicotomias, como abordado por Moita e Andrade (2009, p. 269):

[...] se considerados apenas em relações duais, a articulação entre o ensino e a extensão aponta para uma formação que se preocupa com os problemas da sociedade contemporânea, mas carece de pesquisa responsável pela produção do conhecimento científico. Por sua vez, se associados o ensino e a pesquisa, ganha-se terreno em frentes como tecnologia, por exemplo, mas se incorre no risco de perder a compreensão ético-político-social conferida quando se pensa no destinatário final desse saber científico (a sociedade). Enfim, quando a (com frequência esquecida) articulação entre extensão e pesquisa exclui o ensino, perde-se a dimensão formação que dá sentido à universidade. Embora se reconheça a importância dessas articulações duais, o que aqui se defende é um princípio que, se posto em ação, impede o reducionismo que se verificam na prática universitária: ou enfatiza na produção de novo saber, ou intervenção de processos sociais, ou ainda na transmissão de conhecimento na formação profissional.

Os princípios de uma extensão transformadora desacomodam as certezas, no que se refere à instituição ser considerada a única produtora e detentora do conhecimento. A curricularização da extensão pode ser compreendida como um caminho alternativo para consolidação do tão desejado tripé institucional, pois é na extensão que se pode vivenciar na prática conceitos e conhecimentos desenvolvidos em sala de aula, problematizando-os por meio de uma atuação crítica e dando um maior significado, tensionando que os componentes curriculares sejam cada vez mais interdisciplinares e que dialoguem entre si, levando em consideração a aproximação com a realidade, a qual culmine em uma prática indissociável, de forma natural, do ensino, da pesquisa e da extensão. Essa

indissociabilidade pode, de fato, ser efetivada com a curricularização da extensão e da pesquisa.

De acordo com registros da PROEX, a metodologia para implementação da curricularização da extensão adotada pelo IFSC, envolvendo discussões e planejamento institucional, seguiu algumas etapas, as quais, para uma melhor compreensão, foram sistematizadas no quadro a seguir, o qual indica a etapa, as principais ações desenvolvidas em cada etapa, o período que ocorreu e quem foram as pessoas envolvidas.

Quadro 1 - Metodologia e cronograma de implementação no IFSC

ETAPA	PRINCIPAIS AÇÕES	PERÍODO	ENVOLVIDOS/AS
Entendimento sobre a base legal e conceitual da curricularização da extensão pela comissão geral	Discussão sobre o processo; Elaboração do Plano de Trabalho; Troca de experiências, com outros Institutos Federais; Construção textual inicial da Pré-Minuta de Regulamentação da Curricularização da Extensão e Pesquisa	Outubro de 2019 a junho de 2020	Comissão Central
Socialização e discussão da Pré-Minuta de Regulamentação da Curricularização da Extensão e Pesquisa	Apresentação da redação da Pré-Minuta de Regulamentação da Curricularização da Extensão e Pesquisa para os/as representantes dos câmpus	Setembro 2020 a novembro 2021	Câmaras de ensino, pesquisa e extensão; Diretores/as, chefes de departamento e coordenadores/as de ensino, pesquisa e extensão; Coordenadores/as de cursos e do Núcleo Docente Estruturante.
Sensibilização e momento de formação das câmaras de ensino, pesquisa e extensão	Realização de cursos, webinários, webconferências, seminários, reuniões com as comissões locais dos câmpus e comunidade acadêmica	Julho de 2020 a julho 2021	Câmara de ensino, pesquisa e extensão.
Avaliação e retorno das contribuições, pelas Câmaras de Ensino, Pesquisa e Extensão	Reuniões com a comissão central e comissões locais com o objetivo de discutir e concluir a Pré-Minuta de Regulamentação da Curricularização da Extensão e Pesquisa do IFSC	Novembro de 2020 a maio de 2021	Câmara de ensino, pesquisa e extensão; Comissões locais e central.
Elaboração da Pré-Minuta de	Avaliação e sistematização das contribuições; webconferência	Dezembro 2021 a	Câmara de ensino, pesquisa e extensão;

Regulamentação da Curricularização da Extensão e Pesquisa	especifica para os/as gestores/as para importação do módulo curricularização utilizado pelo IFRO; reuniões com as câmaras	fevereiro de 2022	comissões locais e central.
Socialização da proposta de Regulamentação da Curricularização da Extensão e Pesquisa ao CODIR	Apresentação e socialização da Minuta de Regulamentação da Curricularização da Extensão e Pesquisa para os/as diretores/as gerais dos câmpus do IFSul	12 de setembro 2022	Comissão central
Consulta Pública	Divulgação e socialização da Minuta de Regulamentação da Curricularização da Extensão e Pesquisa na página do Instituto para contribuições de toda a comunidade acadêmica.	12 a 21 de setembro	Comissão central, comunidade acadêmica do IFSul
Sistematização das sugestões oriundas da consulta pública	Sistematizar as contribuições oriundas da consulta pública a comunidade acadêmica	22 de setembro 2022	Comissão central
Apreciação da Resolução sobre a Curricularização da Extensão e da Pesquisa	Encaminhamento ao CONSUP, por meio de solicitação de inclusão de pauta,, para apreciação e aprovação da Minuta de Regulamentação da Curricularização da Extensão e Pesquisa	22 de setembro 2022	Comissão central
Orientações do processo de atualização dos PPC	Reunião para esclarecimentos de demandas levantadas pelas comissões locais e para orientação do processo de atualização dos PPC dos cursos de graduação da Instituição	23, 29 e 30 de setembro de 2022	Comissões locais e central
Apresentação da Minuta de Regulamentação da Extensão e da Pesquisa para apreciação no CODIR	Apresentação da regulamentação da curricularização para os diretores gerais dos câmpus, por meio da reunião do CODIR	29 de setembro de 2022	Comissão geral e diretores dos câmpus
Aprovação da Regulamentação da Extensão e da Pesquisa para apreciação no CONSUP	Discussão e aprovação da regulamentação da curricularização no CONSUP	10 de outubro de 2022	CONSUP; comissão central e comissões locais

Prazo para entrega dos PPC e ementas dos cursos de graduação	Elaboração dos PPC e ementas com a inclusão de ações de extensão e pesquisa, de acordo com a nova resolução.	25 de outubro de 2022	Coordenadoria de Graduação (COGRAD); colegiados dos cursos
Aprovação dos PPC na Câmara de Ensino	Revisão e aprovação dos PPC, com as ementas curricularizadas com a extensão e pesquisa na Câmara de Ensino	6 de dezembro de 2022	COGRAD
Aprovação dos PPC no CONSUP	Discussão e aprovação das Emendas pelos membros do CONSUP	12 de dezembro de 2022	Membros do CONSUP; COGRAD; comissões locais e central

Fonte: IFSC (2022a)

A primeira etapa, conforme consta no quadro, envolveu os/as integrantes da comissão central na discussão sobre o processo de implementação dessa política, com o estudo da base legal e conceitual da curricularização, para que fosse possível a elaboração de um plano de trabalho para a sua implementação, sendo que foi destacado pelos/as participantes a importância da Resolução 07/2018, para que iniciasse a discussão, como mostra o seguinte excerto: *“se não houvesse a resolução não teria a discussão”* (Participante 2). Além disso, foram realizadas partilhas de experiências e desafios com gestores/as de ensino, pesquisa e extensão de outros IF, cujo processo de curricularização estava mais acelerado. Nessa etapa, também se iniciou a construção inicial da Pré-Minuta de Regulamentação da Curricularização da Extensão e Pesquisa no IFSC.

De acordo com os participantes 6 e 8, a comissão central teve um papel importante na construção da regulamentação no Instituto, como pode ser observado nos seguintes excertos: *“Então, a comissão central teve um papel fundamental no estabelecimento de diretrizes”* (Participante 6); *“Estruturalmente, dentro da instituição, ter um regulamento depois uma instrução normativa e depois no edital, acho que foi o jeito mais factível de direcionar, porque tu trazes um processo novo já regulamentado”* (Participante 8).

Paralelo a essa etapa, ocorreu a sensibilização e o momento de formação das câmaras de ensino, pesquisa e extensão, por meio de experiências e vivências

de outros IF. Entre esses eventos³ que ocorreram destacamos os seguintes: Curso de Formação em Extensão em parceria com o Instituto Federal Farroupilha (IFFar)⁴, em julho de 2020; Webnário do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), transmitido pela plataforma YouTube em novembro de 2020; diversas webconferências com outras instituições (IF de Rondônia - IFRO, IF do Pará - IFPA), durante os meses de novembro de 2020 a julho de 2021; Seminário Nacional de curricularização de extensão da rede federal, realizado entre os dias 30 de junho a 01 de julho de 2021; apresentação da Resolução 07/2018 no I Encontro de Assessorias Pedagógicas do IFSul, organizado pelo câmpus Passo fundo na data de 30 de setembro de 2021.

Consideramos esse um momento importantíssimo do processo de implementação, pois como salienta Freire (2022b) somos seres inacabados e estamos sempre em formação, reconhecendo em si mesmo a permanente busca da inconclusão, em uma trilha que alicerça a esperança. Como reforça o participante 5, a comissão central conseguiu ter uma grande evolução.

"Internamente, discutir quais os passos que vão ser dados de uma forma democrática, repartindo esses conhecimentos, ouvindo, alterando, sem abandonar a parte legal, fez com que a própria comissão evoluísse consideravelmente, assim como eu. E então as pessoas que foram agregar essa comissão, foram aprendendo muito sobre isso também".
(Participante 5).

Esse movimento desencadeou na construção da Pré-Minuta de Regulamentação da Curricularização da Extensão e da Pesquisa do IFSul. Sua socialização para contribuições ocorreu primeiramente isoladamente nas câmaras de ensino, pesquisa e extensão, e, posteriormente, em conjunto, tendo como princípio a prática dialógica. No entanto a falta de comunicação entre a

³ Alguns vídeos, gravações de webnários e webconferências que serviram de formação e informação para subsidiar as discussões na implementação da curricularização da extensão e pesquisa no IFSul, estão disponibilizados em: <http://www.ifsul.edu.br/curricularizacao-da-extensao/videos-curricularizacao>.

⁴ O curso de formação em extensão foi elaborado em parceria com o IFFar, que disponibilizou os módulos e a plataforma para sua realização. Os demais institutos deveriam somente fazer as adaptações às suas realidades de utilização. A oferta foi no formato online e as vagas foram disponibilizadas para os/as gestores/as e representantes de extensão da reitoria e dos câmpus do IFSul.

comissão e os cursos de graduação foi denunciada pelo participante 6, que apontou:

"Eu acho que aí a gente teve uma falta de comunicação, porque a comissão local muitas vezes não tinha os coordenadores de cursos envolvidos. E teve no cronograma um período que o negócio ficou meio parado, porque a gente achou que o fluxo da informação estava entre a comissão central e a comissão local, e os cursos na verdade não". (Participante 6).

Colaborando com a ideia de uma melhoria do processo, o participante 9 sugeriu que fosse realizada uma comunicação institucional, pelo câmpus, o que para ele possibilitaria a *"oportunidade de melhoria, talvez, das diretrizes"* (Participante 9). Destacamos a importância de que todo o processo tenha a maior participação possível de toda a comunidade, e que os cursos de graduação, assim como os/as estudantes desses cursos, não podem ficar à parte dessa importante discussão.

Segundo os/as entrevistados/as, a comunicação entre as comissões (central e locais) também seria um cenário a ser aprimorado. O trecho a seguir evidencia essa afirmação.

"Porque, entendo que o processo ocorreu assim: a comissão central passava para local e a local parava. Então quando o pessoal começou a visitar os câmpus, os coordenadores diziam que não sabiam de nada, então eu acho que em uma próxima comissão a gente tem que dotar de autonomia a comissão local". (Participante 4).

Dando seguimento às análises, refletimos sobre uma denúncia comum entre os/as entrevistados/as e tão potente dentro e ao decorrer de toda a pesquisa, que é a comunicação. Para Freire (2021a) a comunicação é comunicar-se em torno do significado significativo. Dessa forma, na comunicação não existem sujeitos passivos.

O que se pretende com o diálogo, em qualquer hipótese (seja em torno de um conhecimento científico e técnico, seja de um conhecimento "experencial"), é a problematização do próprio conhecimento em sua indiscutível reação com a realidade concreta na qual se gera e sobre a qual incide, para melhor compreendê-la, explicá-la, transformá-la. (Freire, 2021a, p. 65).

Para nós, o processo extensionista de curricularização deve passar por essa compreensão dialógica e comunicativa defendida por Freire (2022b), a qual aborda alguns elementos centrais: amor ao mundo e aos seres humanos; humildade; intensa fé crítica nas mulheres e nos homens; relação horizontal de confiança; esperança e o pensamento crítico. Ao compreendermos a relevância dessa dimensão, da comunicação dialógica, provocada por Freire, é possível afirmar que essa prática possibilitará uma descoberta de novos sentidos, de forma mais ampliada, do papel da extensão nos currículos e sua contribuição para uma educação mais sensível, ou seja, aquela que tenha como premissa a formação de sujeitos críticos, criativos e autônomos, que interajam com o meio no qual estão inseridos, por meio da dimensão corporal, dos sentidos humanos.

Para Andrade, Schmidt e Montiel (2022, p. 2) é “urgente e emergente incrementarmos, nos ambientes formativos, práticas pedagógicas que fomentem o desenvolvimento da sensibilidade estética dos seres humanos com vistas a sua formação integral”⁵. Nesse sentido, reforçamos a importância da curricularização da extensão, a partir de uma perspectiva transformadora, que contribua efetivamente na formação desse ser humano que vai intervir ativamente na sociedade. Conforme Freire (2021b, p. 96) afirma em suas palavras: “Outro saber de que não posso duvidar um momento sequer na minha prática educativo-crítica é o de que, como experiência especificamente humana, a educação é uma forma de intervenção no mundo”.

Outro aspecto relevante que emergiu nos diálogos com os/as entrevistados/as foi a importância de a instituição, de forma administrativa, acompanhar os processos propostos pela política de curricularização. Apontamos isso referente à sistematização, de como proceder para operacionalizar os registros, acompanhamentos e finalizações das ações curricularizadas. Com isso, seria possível ter os indicadores que são de suma importância ao processo, além de proporcionar uma compreensão na utilização da ferramenta e do sistema que venham a contribuir para agilizar e esclarecer o processo. Essa preocupação

⁵ Para as autoras a sensibilidade estética é desenvolvida por meio de uma educação estética a qual “promove a articulação e a integração do conhecimento cognitivo como o conhecimento sensível, por meio de práticas educativas que estimulem a sensibilidade e promovam a incorporação do saber sensível no cotidiano da escolar” (Andrade; Schmidt; Montiel, 2022, p. 4).

enfrentada no processo fica evidente na fala do participante 5 que apresenta sua preocupação com a sistematização do sistema e das estruturas administrativas que irão sustentar essa implementação.

“Todas as pessoas têm algo para contribuir, todavia, às vezes enfrentamos diversas limitações com o sistema, inclusive em relação ao registro e ao acompanhamento das ações. Talvez não tenhamos o suporte administrativo necessário por algumas coordenações e diretorias, mas temos que ter o entendimento que o sistema não pode limitar esse processo”. (Participante 5).

A burocratização é um dos aspectos apontado como uma das causas que desencorajam o desenvolvimento de ações extensionistas. Percebemos durante as entrevistas e na descrição da metodologia de implementação da política da curricularização, uma preocupação ao longo dos últimos anos com a regulamentação de normativas, regulamentos, redações de novo editais, que contribuíssem para diminuir ao máximo essa burocratização, entretanto ela sempre é citada como um ponto de aprimoramento e desconfiança durante o processo de implementação dessa política.

Na sequência da metodologia, foi proposto às comissões locais uma reunião sobre a curricularização da extensão, anunciando as avaliações e os ajustes realizados no documento da Pré-Minuta. Após, foi socializada e disponibilizada na página do IFSul a Pré-Minuta para a consulta pública. Essa consulta ficou disponível para interação de toda a comunidade, entre os dias 12 a 22 de setembro de 2022. Cabe destacar que, de acordo com os/as entrevistados/as, não foi observado nesse processo a participação da comunidade discente e da comunidade de fora do IFSul, como observamos na seguinte fala: *“Infelizmente não conseguimos atingir o segmento dos estudantes”* (Participante 7). Salientamos que, para a composição de um currículo, é importante considerar, além do conteúdo atrelado às realidades, as pessoas como foco principal. Além disso, destacamos aqui que o/a estudante, configura-se como o/a protagonista desse processo.

É imprescindível o entendimento que a política de curricularização da extensão poderá ressignificar tanto o fazer pedagógico, na construção dos currículos, na compreensão do/a docente do seu papel no processo, quanto na

relação da instituição com a comunidade. Entretanto, o/a principal ator/atriz deve ser sempre o/a estudante. É para ele/a que se pensa e se reflete sobre a ampliação de uma formação integral e sensível, na qual se possa construir uma relação crítica da teoria com a prática. Essa proposta de formação rompe os espaços tradicionais de sala de aula, onde por diversas vezes estudantes, de forma passiva, absorvem conteúdos que são transmitidos, sem dar um significado para aquilo que está sendo desenvolvido, como destaca um dos participantes: *“A prática extensionista no currículo vai promover um diferencial na formação dos estudantes e isso muda tudo”* (Participante 7).

Com a curricularização da extensão o/a estudante poderá experimentar vivências durante o seu curso de formação, tensionando o aprendizado a se aproximar da realidade, auxiliando-o/a a compreender a relação teoria e prática, o seu papel na sociedade, desenvolvendo uma postura dialógica no seu processo formativo, em um processo contínuo de formação, como destacado por um dos participantes, ao mencionar que *“a extensão é um símbolo de um aprendizado contínuo”* (Participante 3). O/A estudante não deixará de lado a sua formação para atuar no mercado de trabalho, porém amplia o seu olhar, desenvolvendo uma maior empatia a sua forma de atuar tanto profissionalmente como enquanto cidadão/ã. A extensão transformadora permitirá que o/a estudante, junto com outros/as atores/atrizes, que também possuem sua relevância nesse processo, sintam-se verdadeiramente sujeitos partícipes do processo de formação.

Corroborando essa reflexão, Freire (2021a, p.89) destaca que: *“A educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados”*. A partir da perspectiva de Freire (2021a) não fazemos extensão quando não proporcionamos a inserção da comunidade, a dialogicidade, a possibilidade de construção crítica do conhecimento. Fazer extensão não é estender um conhecimento a quem não tem, é comunicação, é construção coletiva de conhecimento, a partir dos saberes de cada pessoa.

Segundo Freire (2021a) se alguém, juntamente com outros/as, busca realmente conhecer, o que significa sua inserção nessa dialogicidade dos sujeitos em torno do objeto cognoscível, não fazem extensão, enquanto que, se fazem

extensão, não proporcionam as condições para o conhecimento, uma vez que sua ação não é outra senão a de estender um “conhecimento” elaborado aos que ainda não o tem, coibindo a capacidade de criticá-lo.

Dando sequência à descrição da metodologia utilizada para implementação da curricularização, observamos que, após a abertura para consulta pública, foi realizada a sistematização das contribuições pela comissão central e encaminhado o documento final, com a resolução da política, para a apreciação do Conselho Superior (CONSUP) do IFSul, em setembro de 2022. Nos dias posteriores a essa apreciação, 23, 29 e 30 de setembro, foram realizadas reuniões, com a coordenação da comissão central, para sanar eventuais dúvidas e demandas levantadas pelas comissões locais. No dia 29 de setembro, foi apresentada a Minuta de Regulamentação da Extensão e da Pesquisa para apreciação e aprovação do Colégio de Dirigentes (CODIR) do IFSul, e posteriormente a aprovação no CONSUP, que ocorreu em outubro por meio da resolução nº 188 (IFSul, 2022b).

Com a aprovação nos órgãos consultivos e deliberativos do IFSul, abriram-se os prazos para discussões e elaboração dos PPC e atualização das ementas dos cursos de graduação, com a data final de entrega para a Coordenadoria de Graduação (COGRAD)⁶ em 25 de outubro. Posteriormente, foi estabelecido o prazo de seis de dezembro para a devolução para alteração de possíveis ajustes, assim como o seu encaminhamento para a composição da pauta do CONSUP, o qual, por meio de seus/suas representantes, discutiu e aprovou todas as alterações nos PPC e ementas dos cursos de graduação, na data de 12 de dezembro de 2022.

Após realizarmos essa descrição do caminho escolhido para a implementação dessa política, passamos a ter um maior entendimento para sustentar uma nova análise em relação a algumas denúncias manifestadas pelos/as integrantes da comissão central que emergiram durante as entrevistas e que julgamos ser de importância reflexiva para problematizar as análises seguintes sobre o processo de curricularização e a sua metodologia.

6 A COGRAD é uma coordenadoria ligada a PROEN, responsável pela revisão e aprovação de documentos, como os Projetos Pedagógicos de Curso.

Além disso, a descrição do processo, juntamente com as falas dos/as participantes aqui expostas, possibilitou ponderar a convergência de reflexões de melhorias, ou não atendimento de alguns aspectos relevantes, para uma sensibilização e socialização em relação à extensão mais ampla, que contemple uma ressignificação no fazer pedagógico, no papel desempenhado pelos/as professores/as e estudantes e na relação de diálogo e compartilhamento que se pode estabelecer com a comunidade. Nesse sentido, é fundamental que a criação de capacitações e espaços de discussões deve fazer parte do cotidiano da instituição para multiplicar a ideia do por que e para quem se faz extensão, como mencionado por uma das entrevistadas: *“promover cursos de capacitação obrigatórios para quem for trabalhar ou quem quiser conhecer a extensão”* (Participante 1). Para Ferreira (2022, p. 86):

A curricularização é um processo que demanda uma articulação permanente de todas as áreas acadêmicas, com desafios a serem superados e práticas a serem consolidadas no contexto institucional. Todo esse processo tem como ponto de partida a necessidade de que os atores envolvidos tenham domínio conceitual e metodológico sobre o que é a extensão e sobre os aspectos envolvidos em sua inserção no currículo dos cursos.

Para tanto, faz-se necessário, no nosso entendimento, que todos/as envolvidos/as participem ativamente de todas as etapas da implementação, desenvolvimento e acompanhamento da curricularização da extensão. Além disso, talvez seja necessário tornar mais compreensível a importância e a oportunidade dessa política que está na nossa frente para espaços de discussões e reflexões que surgiram com a obrigatoriedade da Resolução 07/2018 (Brasil, 2018).

O movimento aqui apresentado pode ser configurado como os primeiros passos para se atingir a compreensão da importância da curricularização da extensão nos cursos de graduação da Instituição, entretanto, esse processo deve ser algo constante e cada vez mais compreendido por todos/as. A oportunidade de aproximar os componentes curriculares da realidade concreta vivida pelos/as estudantes e por servidores/as, que também estão inseridos/as na comunidade, fará com que se consiga estabelecer uma relação direta com a teoria e a prática,

contribuindo com a motivação e a curiosidade, estimulando em cada um/a a sua função social, promovendo a formação integral de estudantes.

A partir dessa perspectiva, além de profissionais técnicos/as capacitados/as, serão formados seres humanos com uma maior empatia e mais críticos, capazes de se colocar à disposição de uma comunidade no atendimento e na melhoria da qualidade de vida, entendendo que de forma coletiva e horizontal é possível realmente fazer a diferença na vida das pessoas. Como se isso não bastasse, o/a estudante se tornará mais autônomo/a e não precisará esperar até a conclusão do curso para colocar em prática os conhecimentos construídos em sala de aula. Na extensão ele/a entenderá que existem diversos saberes e que todos têm a sua importância e que juntos/as, e somente juntos/as, poderão fazer a diferença. A comunidade também compreenderá que o instituto é seu parceiro nas mais diversas demandas - econômicas, ambientais e/ou sociais, contribuindo e somando para fortalecer a luta pela continuidade de um ensino público, gratuito e de qualidade.

Diante disso, entendemos que a inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação influenciará todo o sistema de ensino, tornando-a uma metodologia de desenvolvimento de sentidos e significados na busca de uma transformação. Para Freire (2022a), o/a educador/a libertador/a tem que estar atento/a para o fato que a transformação não é uma questão de técnica ou método, mas de estabelecimento de uma relação diferente com o conhecimento e com a sociedade, estimulando assim a crítica que ultrapassa os muros da escola.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo procuramos detalhar a metodologia utilizada pela comissão central para a implementação da curricularização da extensão no IFSC, apresentando as etapas que foram utilizadas ao longo do caminho escolhido, além de diversos elementos que surgiram após as denúncias evidenciadas pelos/as entrevistados/as e sua relação na compreensão da importância dessa política.

Tivemos a oportunidade de entender os principais significados de alguns temas tão caros para implementação, como a indissociabilidade, o papel da curricularização na construção dos currículos, na ressignificação do fazer pedagógico, nas relações com a comunidade e principalmente a importância dessa política para formação dos/as estudantes que são os/as protagonistas da curricularização da extensão.

Consideramos que ao compreendermos de forma detalhada o caminho metodológico escolhido para a implementação da curricularização da extensão, possamos construir anúncios que auxiliem a criação de novos caminhos que apresentem diferentes possibilidades e estratégias no processo de organização e implementação no âmbito dos cursos e currículos das instituições de ensino superior.

Com isso teremos a efetivação da verdadeira curricularização da extensão, colocando o /a estudante como protagonista, propondo um novo pensar sobre o papel do/a professor/a na contribuição de uma educação ampla e sensível, que coloque as pessoas no centro das discussões, abraçando a vivência da realidade, como premissa para o ensinar e o aprender, aproximando cada vez mais a coerência entre a teoria e a prática

Entre os desafios a serem enfrentados, após esse primeiro movimento de implementação, está em buscar mecanismos e estratégias que verifiquem se atingimos a efetivação da curricularização da extensão no seu entendimento pleno nos cursos de graduação do IFSC, ou se estamos somente acrescentando aos currículos mais ações de ensino com a denominação de componentes de extensão.

Por fim, salientamos a necessidade de formação contínua e permanente em relação à extensão, por meio de estratégias como capacitação, oficinas, seminários e outras tantas que auxiliem na multiplicação do entendimento da extensão transformadora e de todas as oportunidades que acompanham essa concepção pedagógica. Todavia, evidencia-se a importância dessa construção ser realizada tendo a escuta e envolvimento ativo dos/as estudantes e de toda a comunidade, os/as quais, com certeza, contribuirão para descoberta de novos sentidos e diferentes significados.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Danielle Müller de; SCHMIDT, Elisabeth Brandão; MONTIEL, Fabiana Celente. Educação Estético-Ambiental e Educação Física: corpos no contexto escolar. **Ambiente & Educação**, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 1–26, 2022. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/14250>. Acesso em: 14 set. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília, DF: Presidência da República, Ministério da Educação, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 14 set. 2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024. Brasília, DF: Ministério da Educação: Conselho Nacional de Educação, 2018. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECESN72018.pdf. Acesso em: 14 set. 2023.

CHIZOTTI, Antônio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**, 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

DUARTE, Gisela; MATAREDONA, Antônio Edgar; VIEIRA, Sandra; PEREIRA, Rafael Madruga; PEREIRA, Rafael Leitzke; FELBERG, Miguel. A extensão e cultura no Instituto Federal Sul- Rio-grandense. In: LOPES, Régia Lúcia, ALMEIDA, Renato Tannure Rotta de (org.). **10 anos de extensão de Rede Federal de Educação Profissional**. [recurso eletrônico]. Campos dos Goytacazes, RJ: Essentia, 2021. p. 24-31. Disponível em: <https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/livros/issue/view/272>. Acesso em: 14 set. 2023.

FERREIRA, Rosângela. **Curricularização da extensão nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**: contextos e possibilidades. 2022. 109f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS. 2022.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática libertadora**. 81. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2022a.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 52. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021a.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 71. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021b.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**: saberes necessários à prática educativa. 81. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2022b.

IFSUL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense. **Metodologia e cronograma**. 8 mar. 2022a. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/curricularizacao-da-extendao/metodologia-e-cronograma>. Acesso em: 14 set. 2023.

IFSUL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense. **Política de Extensão e Cultura**. 12. dez. 2018a. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/politica-de-extendao-e-cultura>. Acesso em: 14 set. 2023.

IFSUL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense. **Resolução CONSUP/IFSul nº 188**. Regulamento da curricularização da extensão e pesquisa no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnológica Sul-Rio-Grandense. 10 out. 2022b. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/component/k2/item/2152-resolucao-188-2022>. Acesso em: 14 set. 2023.

MOITA, Filomena Maria Gonçalves; ANDRADE, Fernando César Bezerra de. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. **Revista Brasileira de Educação**, Paraíba, v. 14, n. 41, p. 269-280, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/gmGjD689HxfJhy5bgykz6qr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 set. 2023.

TAUCHEN, Gionara. **O princípio da indissociabilidade universitária**: um olhar transdisciplinar nas atividades de ensino, de pesquisa e de extensão. 2009, 147f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

Os autores declaram participação na autoria conforme a Taxonomia CRediT da NISO (vide <https://credit.niso.org/>)

Conceituação	Metodologia	Software	Validação	Análise formal	Investigação	Recursos
(1)/(2)	(2)			(1)	(1)/(2)	
Curadoria	Primeira redação	Revisão/edição	Visualização	Supervisão	Admin. projeto	Financiamento
	(1)/(2)	(1)/(2)				